



**Ministério das Finanças  
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento  
e da Contabilidade Pública

# **OE 2022**

**SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO**

**ATÉ SETEMBRO**

**OUTUBRO 2022**

## ÍNDICE

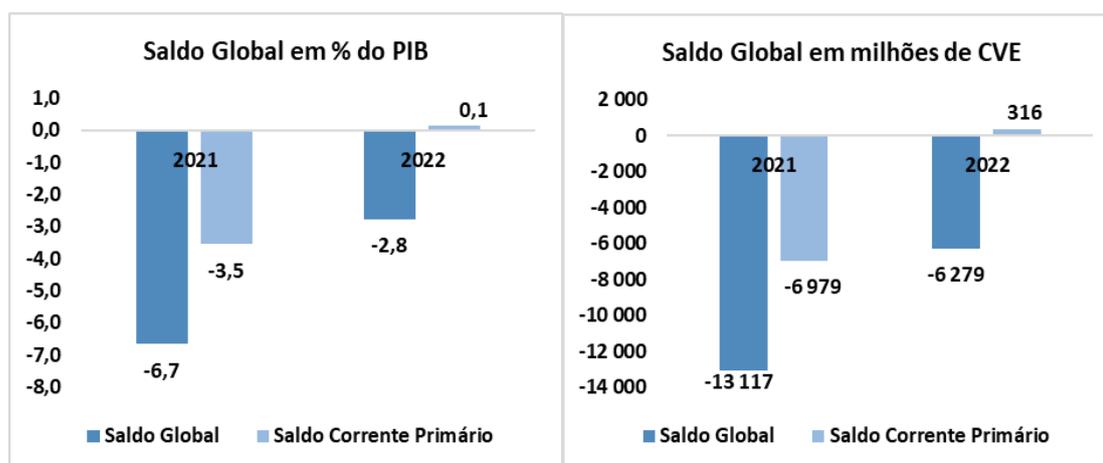
<b>1.</b>	<b>Síntese Geral de Execução Orçamental</b> .....	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>Análise das Receitas Totais</b> .....	<b>5</b>
<b>2.1.</b>	<b>Receitas (não inclui venda de ativos)</b> .....	<b>6</b>
<b>2.2.</b>	<b>Venda de Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>10</b>
<b>3.</b>	<b>Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>10</b>
<b>3.1.</b>	<b>Por Classificação Económica</b> .....	<b>10</b>
<b>3.2.</b>	<b>Despesas</b> .....	<b>11</b>
<b>3.2.1.</b>	<b>Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>14</b>
<b>3.3.</b>	<b>Por Tipo de Financiamento</b> .....	<b>15</b>
<b>4.</b>	<b>Projetos em Resposta à Covid-19</b> .....	<b>16</b>
<b>5.</b>	<b>Dívida Pública</b> .....	<b>18</b>

### 1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global acumulado de janeiro a setembro de 2022 foi negativo em 6.279,5 milhões de CVE, ou seja, um défice de 2,8% do PIB<sup>1</sup>. Esse resultado se traduz numa redução de 3,9 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 3,7 p.p., face ao período homólogo, e situando-se em valores positivos pela primeira vez desde o impacto da covid-19 em 2020. Essa performance decorre da melhoria do volume de receitas arrecadadas, mas também da reprogramação do lado da despesa em resposta ao impacto da crise provocada pela guerra da Ucrânia e algum efeito da variação cambial. Isto, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em setembro de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 31,4% (+9.000,8 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados, com exceção das transferências (com destaque aos donativos);

<sup>1</sup> A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasing* do PIB, base 2015.

- o do acréscimo das despesas totais em 7,2% (+2.775,1 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com o pessoal, Juros correntes, outras despesas, subsídios, aquisições de bens e serviços, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e
- o do decréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 19,5% (-612,0 milhões de CVE), justificado em grande parte pela diminuição de compras e vendas dos ativos financeiros em relação ao período homólogo.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2021		2022			Grau Exec. OI	Exec. Rep.	Tax. Hom
	Orç. Ret	Conta III Trim	Orç. Inicial	Orç. Reprog	Conta III Trim			
<b>1. Total Receitas</b>	<b>52 520</b>	<b>28 681</b>	<b>58 196</b>	<b>54 270</b>	<b>37 682</b>	<b>64,7</b>	<b>69,4</b>	<b>31,4</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>47 269</b>	<b>27 535</b>	<b>54 215</b>	<b>50 288</b>	<b>36 598</b>	<b>67,5</b>	<b>72,8</b>	<b>32,9</b>
Impostos	35 303	24 023	41 184	38 215	32 006	77,7	83,8	33,2
Segurança Social	71	49	71	71	54	75,9	75,9	10,7
Transferências (donativos)	5 250	1 146	3 982	3 982	1 083	27,2	27,2	-5,4
Corrente	3 877	1 056	2 820	2 820	960	34,0	34,0	-9,1
Capital	1 373	90	1 162	1 162	123	10,6	10,6	37,1
Outras Receitas	11 896	3 463	12 960	12 002	4 538	35,0	37,8	31,0
<b>2. Total Despesas</b>	<b>63 473</b>	<b>38 659</b>	<b>62 112</b>	<b>60 638</b>	<b>41 434</b>	<b>66,7</b>	<b>68,3</b>	<b>7,2</b>
Despesas com Pessoal	24 480	15 869	24 326	23 262	16 528	67,9	71,1	4,1
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	6 376	12 390	11 296	6 699	54,1	59,3	5,1
Juros Correntes	4 485	3 089	5 541	5 805	3 918	70,7	67,5	26,9
Subsídios	1 116	760	1 008	1 409	1 388	137,7	98,5	82,7
Transferências	7 847	3 969	6 663	6 097	3 900	58,5	64,0	-1,7
Corrente	7 277	3 909	6 097	6 097	3 627	59,5	59,5	-7,2
Capital	570	60	566	566	273	48,3	48,3	354,7
Benefícios Sociais	9 179	7 020	8 316	8 901	6 401	77,0	71,9	-8,8
Outras despesas correntes	4 075	1 107	3 868	3 868	1 915	49,5	49,5	73,0
Valor a regularizar		470	0	0	685	-	-	45,8
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-10 953</b>	<b>-9 978</b>	<b>-3 916</b>	<b>-6 369</b>	<b>-3 752</b>	<b>95,8</b>	<b>58,9</b>	<b>-62,4</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>9 863</b>	<b>3 139</b>	<b>10 217</b>	<b>7 186</b>	<b>2 527</b>	<b>24,7</b>	<b>35,2</b>	<b>-19,5</b>
Compra ativos não financeiros	11 353	3 680	10 625	7 834	2 946	27,7	37,6	-19,9
Venda ativos não financeiros	1 490	541	408	648	419	102,8	64,7	-22,5
<b>5. Global Global (1-2-4)</b>	<b>-20 816</b>	<b>-13 117</b>	<b>-14 134</b>	<b>-13 555</b>	<b>-6 279</b>	<b>44,4</b>	<b>46,3</b>	<b>-52,1</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-10,6	-6,7	-6,6	-6,3	-2,8	-	-	-
Saldo Corrente Primário	-7 271	-6 979	1 029	-1 160	316	-	-	-
Saldo Corrente Primário (em percentagem do PIB)	-3,7	-3,5	0,5	-0,5	0,1	-	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-16 331	-10 028	-8 592	-7 750	-2 361	-	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-8,3	-5,1	-4,0	-3,6	-1,0	-	-	-
<b>6. Financiamento</b>	<b>20 816</b>	<b>12 236</b>	<b>14 134</b>	<b>13 555</b>	<b>5 790</b>	-	-	-
<b>6.1 Ativos Financeiros</b>	<b>934</b>	<b>1 919</b>	<b>-4 363</b>	<b>-1 455</b>	<b>105</b>	-	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	2 280	120	120	151	-	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-1 000	-2 513	-2 910	-977	-	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-550	-2 651	-2 151	-1 939	-	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958	1 190	681	3 486	2 870	-	-	-
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>19 882</b>	<b>10 317</b>	<b>18 497</b>	<b>15 010</b>	<b>5 685</b>	-	-	-
<b>Interno líquido</b>	<b>5 402</b>	<b>8 854</b>	<b>11 412</b>	<b>7 501</b>	<b>7 092</b>	-	-	-
Sistema bancário		6 723			6 981	-	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-107	-185		-94	-	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		66			613	-	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-2 184			-763	-	-	-
Outras operações de tesouraria		-448			-2 774	-	-	-
Sistema não bancário		4 804			3 128	-	-	-
<b>Externo líquido</b>	<b>14 481</b>	<b>1 463</b>	<b>7 085</b>	<b>7 509</b>	<b>-1 407</b>	-	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	4 351	16 089	16 672	4 377	-	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-2 888	-9 005	-9 163	-5 785	-	-	-
<b>7.GAP Financiamento (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>-881</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-489</b>	-	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

## 2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até setembro de 2022 cifraram-se em 38.100,7 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 30,4%, comparativamente ao período homólogo.

**Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais**

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022			Grau Exec. Ol	Rep.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Conta III Trim	Orç. Inicial	Orç. Reprog	Conta III Trim			
<b>Impostos</b>	<b>35 303</b>	<b>24 023</b>	<b>41 184</b>	<b>38 215</b>	<b>32 006</b>	<b>77,7</b>	<b>83,8</b>	<b>33,2</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>9 271</b>	<b>6 400</b>	<b>11 230</b>	<b>9 317</b>	<b>7 026</b>	<b>62,6</b>	<b>75,4</b>	<b>9,8</b>
IR-PS	6 026	4 147	6 799	6 232	4 583	67,4	73,5	10,5
IR-PC	3 244	2 253	4 431	3 084	2 443	55,1	79,2	8,4
<b>Outros impostos directos</b>	<b>595</b>	<b>279</b>	<b>649</b>	-	<b>378</b>	<b>58,3</b>	-	<b>35,7</b>
Tributo Especial Unificado - TEU	570	278	617	-	378	61,2	-	35,7
Taxa de Incêndio	25	0	31	-	1	1,8	-	32,1
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>17 269</b>	<b>11 349</b>	<b>20 129</b>	<b>18 799</b>	<b>16 795</b>	<b>83,4</b>	<b>89,3</b>	<b>48,0</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	9 135	15 826	14 847	13 042	82,4	87,8	42,8
IVA DGA	7 425	5 802	8 934	8 738	7 818	87,5	89,5	34,8
IVA DGCI	6 585	3 333	6 892	6 109	5 224	75,8	85,5	56,7
Imposto consumo especial	1 955	1 338	2 477	-	2 274	91,8	-	69,9
Taxa de Tabaco	133	137	323	-	254	78,6	-	85,7
Contribuição turística	248	55	475	-	521	109,7	-	849,4
Taxa ecológica	674	479	728	-	499	68,5	-	4,1
Taxa estatística aduaneira	250	206	300	-	206	68,6	-	-0,1
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>7 471</b>	<b>5 509</b>	<b>8 407</b>	<b>8 973</b>	<b>7 205</b>	<b>85,7</b>	<b>80,3</b>	<b>30,8</b>
Direitos de importação	7 154	5 275	8 067	-	6 895	85,5	-	30,7
Taxa comunitaria CEDEAO	317	234	340	-	310	91,2	-	32,7
<b>Outros impostos</b>	<b>697</b>	<b>486</b>	<b>769</b>	<b>727</b>	<b>602</b>	<b>78,3</b>	<b>82,8</b>	<b>23,8</b>
Imposto de selo	664	465	719	-	560	77,9	-	20,6
Imposto especial sobre jogos	33	22	50	-	42	84,4	-	92,6
<b>Segurança Social</b>	<b>71</b>	<b>49</b>	<b>71</b>	<b>71</b>	<b>54</b>	<b>75,9</b>	<b>75,9</b>	<b>10,7</b>
Taxa social única	0	0	71	71	0	0,1	0,1	142
Contribuições para a segurança social	71	48	0	0	53	-	-	10,8
Outras Contribuições	0	0	0	0	0	-	-	-2,2
<b>Transferências</b>	<b>5 250</b>	<b>1 146</b>	<b>3 982</b>	<b>3 982</b>	<b>1 083</b>	<b>27,2</b>	<b>27,2</b>	<b>-5,4</b>
De Governos Estrangeiros	4 525	388	3 378	-	484	14,3	-	24,5
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	-	0	0,0	-	-
Ajuda Alimentar	321	68	300	-	121	40,2	-	77,8
Donativos directos	3 175	320	2 253	-	355	15,7	-	10,7
De Organizações Internacionais	218	424	80	-	324	405,2	-	-23,6
Das Administrações Públicas	508	333	523	-	276	52,7	-	-17,2
<b>Outras Receitas</b>	<b>11 896</b>	<b>3 463</b>	<b>12 960</b>	<b>12 002</b>	<b>4 538</b>	<b>35,0</b>	<b>37,8</b>	<b>31,0</b>
Rendimentos de propriedade	4 922	542	5 444	5 218	244	4,5	4,7	-55,0
Venda de bens e serviços	5 663	2 650	5 957	5 212	3 892	65,3	74,7	46,8
Multas e outras penalidades	212	121	342	357	173	50,7	48,5	42,6
Outras transferências	314	29	337	-	77	22,8	-	163,9
Outras receitas diversas e não especificadas	785	121	880	1 215	153	17,4	12,6	26,5
<b>Receitas</b>	<b>52 520</b>	<b>28 681</b>	<b>58 196</b>	<b>54 270</b>	<b>37 682</b>	<b>64,7</b>	<b>69,4</b>	<b>31,4</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>1 490</b>	<b>541</b>	<b>408</b>	<b>648</b>	<b>419</b>	<b>102,8</b>	<b>64,7</b>	<b>-22,5</b>
Ativos não Financeiros	1 490	541	408	648	419	102,8	64,7	-22,5
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>54 010</b>	<b>29 221</b>	<b>58 604</b>	<b>54 918</b>	<b>38 101</b>	<b>65,0</b>	<b>69,4</b>	<b>30,4</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

### 2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até setembro de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 37.681,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 31,4%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (10,9%), dos impostos indiretos (+41,8%), segurança social (+10,7%) e outras receitas (+31,0%) e, por outro lado, da diminuição dos donativos recebidos (-5,4%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 9,4% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 4.582,8 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 435,4 milhões de CVE (+10,5%). O acréscimo registado em sede do IRPS é resultante da evolução positiva de todas as categorias que compõem esta rúbrica, assim distribuídos: Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente e pensões (+61 milhões de CVE); Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais (+287 milhões de CVE); Categoria C – Rendimentos prediais (+21 milhões de CVE); Categoria D – Rendimentos de capitais (+32 milhões de CVE) e Categoria E – Ganhos patrimoniais (+35 milhões de CVE). O acréscimo registado em sede do IR-PS reflete, ainda, o aumento das receitas em todas as atividades económicas, excetuando as de construção civil, e da cobrança de valores de anos anteriores negociados em prestações, cujo montante ascendeu, no período, cerca de 41 milhões de CVE.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 2.442,9 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 190,0 milhões de CVE (+8,4%), dos quais, 1.217,0 milhões de CVE são provenientes do imposto sobre lucro e 1.225,9 milhões de CVE do pagamento fracionado. O desvio negativo em termos previsionais reflete, por um lado, a não cobrança do montante previsto para o mês de maio com a entrega das contas, cujo remanescente ainda por cobrar ascende os 343 milhões de CVE, e por outro, a expectativa de cobrança projetada

para o ano. É de realçar, que a cobrança de dívidas negociadas em prestações em sede deste imposto totalizou, no período, 328 milhões de CVE. Importa salientar ainda, que o montante cobrado, no período, correspondeu ao pagamento de 1.476 contribuintes, dos quais, 969 com variações positivas, 495 com variações negativas e 12 com variações nulas quando comparado com o mesmo período do ano anterior, e que 59,0% do montante cobrado concentraram em 30 contribuintes. No período, a média mensal de cobrança do imposto ficou pelos 271 milhões de CVE, valor ainda, aquém dos registados antes da pandemia (450 milhões de CVE).

- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 377,7 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 99,5 milhões de CVE (+35,7%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento das atividades económicas e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 28 milhões de CVE.
- A Taxa de incêndio registou uma arrecadação 0,6 milhões de CVE, um acréscimo de 32,1% (+0,1 milhões de CVE) quando comparado ao mesmo período de 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 41,8% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 13.042,4 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 3.907,6 milhões de CVE (+42,8%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 34,8% (+2.016,3 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 56,7% (+1.891,3 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor de construção civil e da administração pública, sendo de ressaltar, os contributos dos setores de alojamento e restauração (+937 milhões de CVE), de informação e comunicação (+183 milhões de CVE), de transporte e armazenagem (+153 milhões de CVE), da indústria transformadora (+115 milhões de CVE), do comércio por grosso e a

retalho (+220 milhões de CVE) e das atividades administrativas e dos serviços de apoio (+119 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 44 milhões de CVE. No período, o IVA registou uma média mensal de cobrança de 580 milhões de CVE, pelo que não obstante o crescimento considerável verificado, ainda não atingiu a média de cobrança dos dois anos anteriores a pandemia, cuja média mensal ficou em cerca de 700 milhões de CVE.

- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 520,7 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 465,9 milhões de CVE, representando um aumento exponencial face ao montante cobrado no mesmo período de 2021, o que demonstra a retoma gradual da atividade turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 30,8% (+1.696,5 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 30,7% (+1.620,1 milhões de CV), justificado pelo aumento do valor da importação, mas também pelo agravamento de taxas, e na Taxa Comunitária CEDEAO de 32,7% (+76,4 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 20,6% (+95,6 milhões de CVE). Este imposto não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 41,9 milhões de CVE, registado um aumento de 20,1 milhões de CVE. Esta evolução positiva reflete a retoma da atividade turística, por este ser um imposto fortemente condicionado pelo dinamismo desta atividade.

- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 253,6 milhões de CVE correspondente a um aumento de 117,0 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo, em face ao agravamento de taxas.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 205,9 milhões de CVE e um ligeiro decréscimo de 0,3 milhões de CVE, em relação ao mesmo período de 2021.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.083,4 milhões de CVE, traduzindo-se num decréscimo de 5,4% (-62,3 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do decréscimo das transferências (i) das organizações internacionais em 23,6% (-100,2 milhões de CVE), (ii) das administrações públicas em 17,2% (-57,2 milhões de CVE), conjugado com o aumento das transferências de governos estrangeiros no tocante aos donativos cuja execução no período atingiu os 354,6 milhões de CVE, um aumento de 10,7% (+34,3 milhões de CVE).

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 31,0% (+1074,8 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (-55,0%; -298,0 milhões de CVE), decorrente da redução de arrecadação das receitas de rendas de outras concessões no setor das pescas;
- Venda de bens e serviços (+46,8%; 1.241,2 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de secretaria, de passaportes, de serviços médico – hospitalar, segurança aeroportuárias, dos emolumentos e custas dos registos e notariado, dos portos e capitánias bem como serviços de polícia e fronteira;
- Outras transferências (+163,9%; +47,8 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais pelos hospitais e pelas Forças Armadas.

## 2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em setembro de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 22,5% (-121,5 milhões de CVE) comparativamente a setembro de 2021, em face as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda imóveis e edifícios.

## 3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

### 3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em setembro de 2022, atingiram 44.380,2 milhões de CVE, registando um acréscimo de 4,8% em relação ao período homólogo de 2021.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022			Grau Exec.			Tax. Hom
	Orç. Ret.	Conta III Trim	Orç. Inicial	Orc. Reprog	Conta III Trim	OI	Rep.		
Despesas com Pessoal	24 480	15 869	24 326	23 262	16 528	67,9	71,1	4,1	
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	15 011	22 206	-	14 932	67,2	-	-0,5	
Segurança Social	2 098	858	2 120	-	1 596	75,3	-	85,9	
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	6 376	12 390	11 296	6 699	54,1	59,3	5,1	
Juros Correntes	4 485	3 089	5 541	5 805	3 918	70,7	67,5	26,9	
Dívida interna	3 343	2 366	3 413	3 646	2 405	70,5	66,0	1,6	
Dívida externa	1 044	700	2 052	2 063	1 479	72,1	71,7	111,4	
Outros encargos	98	22	76	97	34	44,9	35,5	52,6	
Subsidios	1 116	760	1 008	1 409	1 388	137,7	98,5	82,7	
Transferências Correntes	7 847	3 969	6 663	6 097	3 900	58,5	64,0	-1,7	
Governos Estrangeiros	1 188	40	504	-	106	21,1	-	166,8	
Organismos Internacionais	465	65	472	-	16	3,5	-	-74,5	
Administração Pública	6 194	3 864	5 687	-	3 777	66,4	-	-2,3	
Benefícios Sociais	9 179	7 020	8 316	8 901	6 401	77,0	71,9	-8,8	
Outras Despesas Correntes	4 075	1 107	3 868	3 868	1 915	49,5	49,5	73,0	
Valor a regularizar	0	470	0	0	685	-	-	45,8	
<b>Despesas</b>	<b>63 473</b>	<b>38 659</b>	<b>62 112</b>	<b>60 639</b>	<b>41 434</b>	<b>66,7</b>	<b>68,3</b>	<b>7,2</b>	
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>11 353</b>	<b>3 680</b>	<b>10 625</b>	<b>7 834</b>	<b>2 946</b>	<b>27,7</b>	<b>37,6</b>	<b>-19,9</b>	
Ativos não Financeiros	11 353	3 680	10 625	7 834	2 946,1	27,7	37,6	-19,9	
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>74 826</b>	<b>42 339</b>	<b>72 737</b>	<b>68 473</b>	<b>44 380</b>	<b>61,0</b>	<b>64,8</b>	<b>4,8</b>	

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

### 3.2. Despesas

A 30 de setembro de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 41.434,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 7,2% em relação ao executado em setembro de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, subsídios (+82,7%), outras despesas (+73,0%), despesas com Juros correntes (+26,9%), aquisição de bens e serviços (+5,1%), despesa com o pessoal (+4,1%), conjugado com a diminuição de despesas em Benefícios Sociais (-8,8%) e transferências (-1,7%) conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 4,1% (+658,4 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
  - i. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021;
  - ii. com o registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses Órgãos à bancarização; e
  - iii. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021.
  
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 5,1% (+322,9 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
  - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+339,1 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços; Execução do projeto “Centro de Simulação Médica” no âmbito do contrato de aquisição de serviços para assistência técnica na criação do Centro Clínico Integrado de Simulação Biomédica de Cabo Verde ao Sector de Educação;

- ii. “Deslocação e estadas” (+194,8 milhões de CVE) com destaque à Assembleia Nacional, Ministério da Saúde, Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, Ministério Educação, Gabinete do Primeiro Ministro, e Presidência da República;
- iii. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+116,4 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro); prestação de serviços pela equipa cubana ao sector de Saúde e prestação de serviço ao Ministério das Finanças e Fomento Empresarial no âmbito do serviço de avaliação de risco do país;
- iv. “Produtos Alimentares” (+86,7 milhões de CVE) com realce ao sector de Defesa na confeção e reforço alimentares para Militares; Educação no âmbito de fornecimento de gêneros alimentício às Cantinas Escolares, com destaque as medidas implementadas no âmbito da segurança alimentar, e à Direção de Serviços Prisionais e da reinserção social no fornecimento de gêneros alimentícios aos reclusos;
- v. “Formação” (+86,8 milhões de CVE), na sequência da retoma da ação de formação, suspensas em 2021 devido as restrições da covid-19, destacando o sector de Educação com despesas maioritariamente âmbito do programa bolsa de Estudo;
- vi. “Energia Elétrica” (+74,8 milhões de CVE) como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento e aumento de preços, sendo essa execução com maior ênfase aos Ministérios de Saúde, Educação, Administração Interna, Finanças e Fomento Empresarial, Agricultura e Ambiente, Defesa Nacional e Assembleia Nacional e Justiça;
- vii. “Outros Bens” (+68,2 milhões de CVE) com destaque aos sectores de Agricultura e Ambiente, Saúde, Indústria, Comércio E Energia, Administração interna, Mar, Finanças e do Fomento Empresarial, e Educação em face ao aumento de preços.

- viii. “Combustível e lubrificantes” (+59,7 milhões de CVE) com despesas mais significativas nos sectores de Saúde, Administração Interna, Defesa Nacional, Agricultura e Ambiente, Justiça e Educação em face ao aumento de preços;
- A despesa com os juros registou um acréscimo de 26,9% (+829,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 111,4% (+779,5 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
  - Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 82,7% (+628,1 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2021. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções nº 28/2022 de 25 de março e nº 64/2022, de 10 de junho e da compensação financeira decorrente da aplicação do milho e da farinha fixados na resolução 60/21 de 31 de maio.
  - Os “Benefícios Sociais” diminuíram 8,8% (-618,3 milhões de CVE), justificado pela diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 73,1% (-932,5 milhões de CVE), no âmbito do apoio social emergência às famílias afetadas pela pandemia da covid-19 (RSI), comparativamente a 2021. Diminuição essa que foi contrabalançada pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 7,6% (+285,8 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 12,1% (+28,7 milhões de CVE).
  - As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 1,7% (-69,0 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido (i) à diminuição das

transferências aos Municípios realizadas anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da “Discriminação Positiva” para os municípios com uma população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes; e à diminuição da execução das despesas no âmbito das quotas aos organismos internacionais em 75,1% (-48,6 milhões de CVE).

- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um aumento de 72,9% (+807,6 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente (i) do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, abril 2021 e outubro 2021 respetivamente, (ii) da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, (iii) do pagamento de bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, e (iv) do pagamento atempada das indemnizações.

O valor da despesa por regularizar, em setembro, situou-se na ordem dos 684,6 milhões de CVE, dos quais 679,4 milhões de CVE é referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas, que são posteriormente regularizadas, mediante a apresentação dos balancetes periódicos daquelas entidades e 5,2 milhões de CVE referente a operações de tesouraria por regularizar.

### **3.2.1. Ativos Não Financeiros**

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 2.946,1 milhões de CVE, equivalente 27,7% do total do orçamento (37,6% face ao orçamento reprogramado) e registou uma variação negativa em termos absolutos, de 733,5 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” (PRRA) com 758,1 milhões de CVE; “Terminal de Cruzeiros” com uma execução de 516,9 milhões de CVE; “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 285,7 milhões de CVE; “Construção da Nova Escola da Várzea”

com uma execução de 247,3 milhões de CVE; “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 74,8 milhões de CVE; “Centro de Artesanato de São Vicente” com uma execução de 66,0 milhões de CVE; “Manutenção e aquisição de equipamentos no Hospital Central Agostinho Neto” com uma execução de 59,9 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 47,4 milhões de CVE; “Eletrificação Rural” com uma execução de 46,4 milhões de CVE; “Licença de aplicativos UTIC” com uma execução de 40,1 milhões de CVE; “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 32,5 milhões de CVE; “Sistema De Produção E Distribuição De Água Em Santiago” com uma execução de 30,1 milhões de CVE; “Melhoria da Gestão de Rsu” com uma execução de 29,2 de CVE e “Construção de um Centro Ambulatório Hospital B. Sousa” com uma execução de 27,7 milhões de CVE.

### 3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 92,8% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 7,2% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 842,0 milhões de CVE, equivalente a 26,3% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 157,1 milhões de CVE, o Portugal com 83,2 milhões de CVE, Global Environment Fund com 80,6 milhões de CVE, a O.M.S com 62,7 milhões de CVE, as Nações Unidas com 60,5 milhões de CVE, a União Europeia com 57,2 milhões de CVE, a F.I.D.A com 54,6 milhões de CVE, as Nações Unidas com 49,3 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento com 32,8 milhões de CVE;
- Os empréstimos externos ascenderam, a 2.324,5 milhões de CVE, equivalente a 72,6% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 29

programas, com destaque a “Infraestruturação Modernas e Seguras” (886,8 milhões de CVE); a “Reforma de Estado” (548,5 milhões de CVE); “Terminal de Cruzeiros” (516,9 milhões de CVE); “Educação de Excelência” (269,7 milhões de CVE), a “Garantia de Acesso ao Rendimento, à Educação, aos Cuidados e à Saúde” (216,3 milhões de CVE), a “Transformação da Agricultura” (134,2 milhões de CVE), e ao Desenvolvimento Integrado de Saúde” (73,0 milhões de CVE).

**Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

Financiamento	2022 Inicial	2022 Atual	III Trim	Grau Exec. %	Peso %
<b>Interno</b>	<b>61 480</b>	<b>62 551</b>	<b>41 177</b>	<b>65,8</b>	<b>92,8</b>
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	61 687	40 848	66,2	99,2
OFN	864	864	329	38,1	0,8
<b>Externo</b>	<b>11 257</b>	<b>14 158</b>	<b>3 203</b>	<b>22,6</b>	<b>7,2</b>
Donativo	2 444	3 749	842	22,5	26,3
Empréstimo	8 523	10 041	2 325	23,2	72,6
Ajuda Alimentar	290	368	37	9,9	1,1
<b>Total Despesa</b>	<b>72 737</b>	<b>76 709</b>	<b>44 380</b>	<b>57,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

#### 4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta direta e indireta à covid-19, até setembro de 2022, totalizaram 761,4 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 51,5%.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de setembro, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 57,6%, por empréstimo em 38,0% e por donativos em 4,4%.

**Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ATUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	61,2	33,4	4,4%
Emprestimo	590,6	289,3	38,0%
Tesouro	827,3	438,7	57,6%
<b>Total Geral</b>	<b>1 479,1</b>	<b>761,4</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Prevenção e combate a Coronavírus” (358,9 milhões de CVE);
- “Implementação de rendimento social de inclusão” (244,8 milhões de CVE);
- “Preparação e resposta à Covid-19” (73,0 milhões de CVE);
- “Escola sem Covid” (23,8 milhões de CVE);
- “Reforço do Setor da Saúde no Combate à Covid19” (23,0 milhões de CVE); e
- “Garantia de cuidados de dependentes” (18,0 milhões de CVE).

**Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19**

(em milhões de CVE)

FUNÇÕES DO ESTADO	FINANCIADOR	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.%
07.00.04 - Assuntos económicos	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27,3	10,4	38,2
	Banco Mundial/Emprestimo Externo	Transição Da Economia Informal A Formal	20,1	0,0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total			<b>47,4</b>	<b>10,4</b>	<b>22,0</b>
07.00.07 - Saúde	Banco Mundial	Preparação E Resposta A Covid-19	188,0	73,0	38,8
	DONATIVOS INTERNOS/Empresas Públicas e Privadas	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	8,7	0,0	0,0
	O.M.S.	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	24,7	23,0	93,0
	Organização Oeste Africana da Saúde	Prevenção E Combate A Coronavírus	0,5	0,0	0,0
		Prevenção E Combate A Coronavírus	463,8	264,4	57,0
		Prevenção E Combate A Coronavírus	28,2	4,6	16,3
	Tesouro	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	2,1	6,9
Prevenção E Combate A Coronavírus		190,0	89,9	47,3	
07.00.07 - Saúde Total			<b>933,9</b>	<b>456,9</b>	<b>48,9</b>
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Tesouro	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15,0	7,5	49,7
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total			<b>15,0</b>	<b>7,5</b>	<b>49,7</b>
07.00.09 - Educação	Tesouro	Escola Sem Covid	27,1	23,8	88,1
07.00.09 - Educação Total			<b>27,1</b>	<b>23,8</b>	<b>88,1</b>
07.00.10 - Protecção social	Banco Mundial	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	170,6	50,8	29,8
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	211,9	165,5	78,1
	TESOURO	Garantia De Cuidados De Dependentes	25,5	18,0	70,6
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	47,7	28,4	59,6
07.00.10 - Protecção social Total			<b>455,7</b>	<b>262,8</b>	<b>57,7</b>
<b>Total Geral</b>			<b>1 479,1</b>	<b>761,4</b>	<b>51,5</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

### 5. Dívida Pública

Em 30 de setembro de 2022, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 298.964,1 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 93.606,2 milhões de CVE (41,4% do PIB) e à dívida externa 205.357,9 milhões de CVE (90,9% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB<sup>2</sup> atingiu os 132,4%, cerca de 5,2 p.p. acima do registado em setembro de 2021.

**Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública**

(em milhões de CVE)

	setembro 21	setembro 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
<b>Estoque Global</b>	<b>270 757,7</b>	<b>298 964,1</b>	<b>10,4</b>	<b>137,6</b>	<b>132,4</b>
Dívida Interna	82 559,1	93 606,2	13,4	41,9	41,4
Dívida Externa	188 198,6	205 357,9	9,1	95,6	90,9

Fonte: MFFE - DGT

---

<sup>2</sup> Considerou-se o *rebasing* do PIB.